



# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: CAFÉ UTAM	RECURSO
PROCESSO Nº 1892/2002/001/2002	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1096/2002	
TIPO DE INFRAÇÃO: LEVE E GRAVÍSSIMO	
PORTE: GRANDE	

### I – RELATÓRIO

O Café Utam LTDA foi autuado em 17.09.2002 pela prática das infrações leve e gravíssima tipificadas no art. 19, §1º, item 2 e § 3º, item 1, do Decreto 39.424/98:

*Art. 19(...)*

*§ 1º - São consideradas infrações leves:*

*(...)*

*2 - deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo, formulada pelo COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio.*

*(...)*

*§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:*

*1 - dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação;*

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, em relação à infração leve, a Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias, em 10.09.2004, descaracterizou a infração ao art. 19, §1º, 2, do Decreto 39.424/98.

Em relação à infração gravíssima, a Câmara de Atividades Industriais, em 05.10.2004, determinou a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 26.603,56, reduzida em 50% pela obtenção da Licença de Operação.

O autuado apresentou pedido de Reconsideração tempestivo. A Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco indeferiu o pedido mantendo a multa de R\$ 13.301,78.

A autuada apresentou Recurso tempestivo.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação. (fl.04)

No Recurso a autuada alega, em síntese, que:



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



- Uma das acusações contra a empresa foi descaracterizada, tendo em vista que ela atendeu a convocação prolatada pela Fundação do meio ambiente.
- Durante o trâmite do processo administrativo foi concedida a Licença de Operação.
- O art. 62 do Decreto 44.844/08 prevê a redução da multa em até 50% caso o autuado promova o licenciamento corretivo, como foi o caso.
- Não houve constatação da ocorrência de qualquer dano ao meio ambiente ou à saúde humana, devendo ser aplicadas as circunstâncias atenuantes do art. 68, I, "a" e "c" do Decreto 44.844/2008.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Com efeito, a legislação ambiental em vigor, especialmente a Resolução CONAMA 237/97, estabelece que a instalação de "empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental".

Não pode o autuado se eximir da responsabilidade que lhe é imposta sob o argumento de que após a autuação o procedimento de regularização foi concluído, haja vista que a legislação exige autorização prévia para o início das atividades.

Não é cabível a aplicação do art. 62 do Decreto 44.844/2008 no presente caso, haja vista que ele não contém disposição que possibilite a redução do valor da multa por regularização ambiental. Na matéria, saliente-se que já foi concedida redução de 50% do valor da multa em razão de obtenção de Licença de Operação – LO, conforme se verifica na decisão da CID/COPAM na fl. 31.

Foi constatada a existência de poluição no momento da lavratura do Auto de Infração e no Auto de Fiscalização, sendo que o autuado não logrou demonstrar a inoccorrência da poluição nos presentes autos.

Não se aplicam as circunstâncias atenuantes de efetividade das medidas adotadas ou menor gravidade dos fatos. Com efeito, o autuado apenas regularizou a situação ambiental do empreendimento em 17.02.2004 (Processo 01892/2002/002/2002), ou seja, mais de um ano após a fiscalização, não havendo celeridade na regularização, sendo certo que a permanência das irregularidades aumenta a gravidade dos fatos.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 10.000,50 (infração gravíssima, porte médio, com redução de 50%).

### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada, porém reduzindo o seu valor de R\$ 13.301,78 para R\$ 10.000,50, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: